



POLÍTICA, RAÇA E GÊNERO: LAUDELINA DE CAMPOS E A PRESENÇA NEGRA NAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

Elisabete Aparecida Pinto¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo pontuar participação e interpretação de Dona Laudelina de Campos Mello acerca do temática étnico-racial e do negro na política. Ao demarcar a trajetória de vida de Dona Laudelina pela política partidária tivemos a oportunidade de elucidar numa revisão histórica o posicionamento dos vários partidos políticos diante da temática étnico-racial, corroborando a idéia da invisibilidade dessa temática no interior dos partidos.

Palavras chaves: gênero; partidos políticos; negros na política; raça-etnia.

POLITICS, RACE AND GENDER: LAUDELINA DE CAMPOS AND A BLACK PRESENCE IN POLITICAL PARTIES ORGANIZATIONS

Abstract: This article aims to highlight the participation and interpretation of Dona Laudelina de Campos Mello on ethnic and racial issues and the black in politics. By demarcating Dona Laudelina's life trajectory by party politics we had the opportunity to elucidate in a historical review the position of the various political parties in the face of ethnic and racial themes, corroborating the idea of the invisibility of this theme within the political parties.

Key-words: gender; political parties; blacks in politics; race-ethnicity.

POLITIQUE, RACE ET GENRE: LAUDELINA DE CAMPOS ET UNE PRÉSENCE NOIRE DANS LES ORGANISATIONS PARTIS POLITIQUES

Résumé: Cet article vise à souligner la participation et l'interprétation de Dona Laudelina de Campos Mello sur les questions ethniques et raciales et les noirs en politique. En délimitant la trajectoire de vie de Dona Laudelina par la politique des partis, nous avons eu l'occasion d'élucider dans une revue historique la position des différents partis politiques face aux thèmes ethniques et raciaux, corroborant l'idée de l'invisibilité de ce thème au sein des partis politiques.

Mots-clés: genre; partis politiques; noirs en politique; race-ethnicité.

POLÍTICA, RAZA Y GÉNERO: LAUDELINA DE CAMPOS Y LA PRESENCIA NEGRA EN LAS ORGANIZACIONES POLÍTICAS-PARTIDARIAS

Resumen: Este artículo tiene como objetivo puntuar participación e interpretación de Doña Laudelina de Campos Mello acerca del tema étnico-racial y del negro en la política. Al demarcar la trayectoria de vida de Doña Laudelina por la política partidista tuvimos la oportunidad de elucidar en una revisión histórica el posicionamiento de los diversos partidos

¹ Assistente Social, Mestra em Ciências Sociais pela UNICAMP, Dr em Psicologia Social pela PUC-SP, Prof Adjunta da Universidade Federal daBahia em Cooperação Técnica na Unifesp , junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Prae, em São Paulo na elaboração de programas e projetos de ação de transversalização das questões étnico-raciais e de gênero na política de ações afirmativas e assistência estudantil.Publicou recentemente a partir da 4ª Edição do Prêmio Lélia Gonzales o livro *Etnicidade, Gênero e Educação: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello*, pela editora Anita Garibaldi. E-mail: lizpintoufba37@gmailcom

políticos ante la temática étnico-racial, corroborando la idea de la invisibilidad de esa temática dentro de los partidos políticos.

Palabras-claves: género; partidos políticos; negros en la política; raza-etnia.

INTRODUZINDO LAUDELINA: UMA BREVE BIOGRAFIA PARA ENTENDERMOS SUAS OPÇÕES POLÍTICAS

Neste artigo optamos por falar dos aspectos da vida de Laudelina relacionados a sua inserção ao universo político partidário, em razão de 2018 ser um ano de eleições e defendermos a ideia que devemos e precisamos falar de política, pois todos os aspectos da vida tem uma ligação com a política. Entretanto, para entendermos suas escolhas políticas se faz importante trazer fragmentos de sua biografia.

Acreditamos que as histórias de grandes lideranças ou pessoas comuns podem nos ajudar e mudar nossas vidas pessoal e coletiva. Quem sabe a história de vida de Laudelina não poderá nos ajudar a garantir direitos políticos e sociais do povo negro por meio das urnas e da adoção de uma postura mais proativa diante das candidaturas negras ?

Pois bem, Dona Laudelina, filha de pais descendentes de escravos, nasceu em Poços de Caldas, sul de Minas em 12 de outubro de 1904 e faleceu em 1991, foram 87 anos de profundo ativismo e compromisso político com a questão racial e trabalhista enfatizando sua luta pelos direitos das empregadas domésticas do Brasil, marcada pela fundação da primeira Associação das Empregadas Domésticas em 1936 na cidade de Santos.

Semialfabetizada estudou até o terceiro ano do Grupo Escolar David Campista. Aos 16 anos tornou-se presidente do grupo 13 de maio conforme ela mesma relata esse grupo surgiu, sobretudo, em razão do impedimento da população negra da época ser impedida de partilhar os mesmos espaços recreativos frequentados pelos brancos.

Esse grupo foi fundado por vários moços e moças, nós éramos vizinhos (e) todos negros. Era mais bailes e festas. Agora sobre raça a gente não tinha naquela época muito (como discutir), era um grupo formado por causa do isolamento dos brancos.

Dona Laudelina migra para São Paulo aos 18 anos após seu casamento, ao constituir uma nova família torna-se mãe de dois filhos: Alaor, que nasceu em 1925, e

Neusa que, nasceu em 1928, falecendo ainda pequena. Alor, nome dado ao filho, era também o nome de um dos seus irmãos. Alor falece em 1989.

Durante o período que se manteve casada suas atividades políticos não se restringiram funda uma sociedade recreativa juntamente com o marido e dá início ao seu trabalho assistencial junto as empregadas domésticas que se encontravam nas ruas abandonados pelos seus patrões. Assim, em 1928 com a ajuda da Igreja Católica Dona Laudelina passa a recolher essas mulheres.

Em 1938 ela se separou do seu marido. O motivo, segundo ela, foi ele ter arranjado uma amante:

Ela era (amiga) íntima minha, quando eu descobri o negócio já era velho, nós nos separamos e ele foi para o Rio. Ele ficou doente e voltou e foi por isso que eu vim embora (para Campinas); porque quando ele voltou, ele queria que eu voltasse. Não quis voltar, eu estava trabalhando de governanta. Minha sogra não deixou eu voltar.

Pela descrição acima se verifica que após dez anos seu marido quis retomar a relação matrimonial, mas Dona Laudelina foi para Campinas, em janeiro de 1949, não aceitando a reconciliação. A posição de Dona Laudelina, nestes dois momentos, sugere a sua disposição de lutar contra os preconceitos que uma mulher militante e negra deveria enfrentar. Assim, em função de assegurar a sua integridade moral, não concordou em reconstruir a relação. Salienta também em sua fala a posição de protesto e cumplicidade de sua sogra para com a sua atitude, quando afirma: *Minha sogra não deixou eu voltar com meu o marido*, referindo-se assim que existiu um momento de reflexão entre essas mulheres (sogra e nora), que revela o caráter de Dona Laudelina e de outras mulheres da família de não subordinação aos valores sexistas partilhados pela sociedade mais ampla.

Uma vez separada passa a residir em Campinas assumindo a função de gerente de um hotel fazenda, com a morte da proprietária passa a morar no espaço urbano, dedicando-se mais ao trabalho junto aos grupos negros existente no centro urbano de Campinas, com ênfase na educação, cultura e lazer como, por exemplo, o baile das Debutantes Negras, bailes para eleger a beleza negra ou a fundação de uma escola de bailados clássicos para negros. A escola de bailados Santa Efigênia, fundada em 1955 em Campinas, é reflexo dessa preocupação.

No tange a sua militância as empregadas domésticas, funda em Campinas 1961 a segunda associação das empregadas domésticas.

DONA LAUDELINA NO SEU TRAJETO POLÍTICO PARTIDÁRIO

Em 1936, Dona Laudelina se filia ao Partido Comunista, e a partir desse período sempre esteve ligada aos setores políticos mais progressistas.

Eu venho votando na esquerda desde que eu comecei.

Para Dona Laudelina, o ano de 1945 foi marcante, por ter votado pela primeira vez. E em seu relato percebe-se que ela só se sentiu uma cidadã plena de direitos a partir do momento que teve direito ao voto.

Eu iniciei na política, logo após a guerra em 1945. Houve a eleição em 1945, e foi a primeira vez que eu votei. Então começou a campanha pra Constituinte. Foi elaborada a Constituinte na época de Getúlio, que Getúlio era ditador. Aí exigiram após a guerra que fizesse a Constituinte. Getúlio fez a campanha para a Constituinte, aí houve as eleições porque até aquela data não havia eleições. Eu votei no partido comunista no Luiz Carlos Prestes naquele tempo, João Pessoa também foi candidato. Eu tinha saído do movimento Cidade-Guerra um movimento lá da Guerra e comecei a conhecer os políticos. Estive filiada no partido comunista quando fechou, fui para PRP ² mas o PRP era o partido só dos burgueses não dos funcionários.

Os relatos sugerem que Dona Laudelina se filia em Santos ao Partido Comunista Brasileiro, todavia, não fica claro o grau de vinculação aos ideários do partido, pois o que tomou a primazia em sua trajetória, além das referências ao mundo do trabalho, foi a problemática étnico-racial em suas múltiplas dimensões. E também é importante ressaltar que à época a questão étnico-racial não era discutida no plano teórico e prático na proposta do partido. Tal proposição é corroborada no depoimento de José Correia Leite que se envolve com o PCB na década de 1920.

²Partido Republicano Paulista (PRP) foi um partido político brasileiro fundado em 18 de abril de 1873, durante a Convenção de Itu, que foi o primeiro movimento republicano moderno no Brasil. Seus integrantes eram chamados de *perrepistas*. O PRP foi o partido político predominante no estado de São Paulo durante toda a República Velha. Foi extinto em 2 de dezembro de 1937. O PRP, junto com o Partido Conservador e o Partido Liberal, são os partidos de mais longa duração da História do Brasil.

Não passou muito tempo, comecei a analisar bem a coisa e disse comigo mesmo: – Não posso misturar meus ideais de negro com as minhas obrigações de brasileiro, de cidadão. Então, eu vi que o comunismo era um conjunto de ideias políticas e eu não podíamos confundir minhas ideias. Então, eu nunca misturei uma coisa com outra. Sempre agi como negro. Quando eu tinha de tomar as minhas atitudes políticas eu era outra coisa (...) Fiquei simpatizante por muito tempo do comunismo, porque achava que de fato havia uma desigualdade muito grande entre ricos e pobres. Não era uma coisa como hoje, que tem leis trabalhistas e o sujeito que está em situação inferior recebe os seus direitos como justiça social (...). O comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia a causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Sempre me debati que havia também nesse meio um prejuízo do negro que era mal recebido em casa de proletários brancos (Corrêa Leite, *apud* Santos, 2001, p. 72).

Sobre a discussão do debate da questão negra no interior da esquerda fica a experiência e narrativa do PCB e PCdoB que reclamam para si a mesma gênese. Assim, acerca do debate da questão étnico-racial, intelectuais de ambos os partidos vão narrar a mesma história.

Desta forma, Pedro C. Chadarevian (2012), no artigo “Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)”, traz os mesmos fatos históricos que Augusto Buonicore (2015) e partilham a ideia de que:

(...) (em) um primeiro momento, até meados dos anos 1930, o PCB (Partido Comunista do Brasil) nega a existência de um problema de desigualdade racial no país, posição que lhe custaria duras críticas por parte de Moscou. Em seguida, o partido esteve por vezes na vanguarda da crítica do racismo, apesar dos limites de seu quadro analítico para a leitura dos problemas econômicos do país de uma maneira geral. Ainda assim, com todos esses problemas, a linha teórica do PCB não pode ser classificada como racista, como muitas o foram no período, inclusive no interior do movimento comunista internacional. Intelectuais negros militaram no PCB (como Edison Carneiro, Solano Trindade e Clóvis Moura) (...) e teve um mulato em sua executiva central nos anos cinquenta e sessenta (Carlos Marighella) (Chadarevian, 2012, p. 258-259).

A essas informações pode-se acrescentar as elencadas por Buonicore, a saber:

Coube também a um deputado comunista, Jorge Amado, apresentar a emenda constitucional que garantiu ampla liberdade religiosa no país, permitindo que os cultos afro-brasileiros pudessem sair da ilegalidade. (...) Por fim, foi de outro deputado comunista negro, Haroldo Lima, a proposta de colocar o dia 20 de novembro no calendário oficial da República, como dia nacional da consciência negra. No entanto, isso tudo não resolve o débito dos comunistas em relação à

elaboração teórica e política em torno da “questão racial” no Brasil. Ainda há muito a ser realizado nesse sentido (Buonicore, 2015)³.

Para Dona Laudelina, o fato de o negro ser aceito no interior dos partidos não significava que o debate étnico-racial pudesse ser encaminhado devidamente, pois os partidos conservadores raramente aceitaram os negros e também tardaram no debate das questões raciais. Também é fato que muitos políticos negros pressionados pelos partidos no passado foram aconselhados a não discutir a temática étnico-racial no interior dos mesmos.

Em seu relato está incorporado o combate contra qualquer forma de exploração e opressão, e a defesa da classe trabalhadora como uma das classes fundamentais. Todavia, entendia o negro, igualmente a Correia Leite, muitas vezes como uma fração e/ou uma subclasse alijada do mercado do trabalho e das instâncias do poder político e econômico, bem como ausente da hierarquia dos partidos, mesmo dos partidos de esquerda.

Dona Laudelina realizava seus trabalhos junto às trabalhadoras domésticas com o apoio da Igreja Católica – o que me faz levantar a hipótese de que havia uma omissão de sua filiação partidária e também da vinculação às religiões de matriz africana, fato que somente foi revelado em nossos últimos encontros. Assim, omitia da Igreja sua vinculação política e religiosa e do partido a sua vinculação religiosa.

Os documentos e o relato de Dona Laudelina não favoreceram uma linearidade acerca de sua participação nos partidos políticos. Ao eleger o que falar, alguns conteúdos foram e voltaram. Entretanto, em vários momentos afirma ser comunista, fato que se contradiz com as ações e práticas políticas que revelaram seu trânsito junto a outros partidos de ideologias, às vezes, opostas. O que ficou claro é que ela nunca quis se candidatar, pois acreditava que uma disputa para cargos eletivos poderia depor contra sua reputação, principalmente junto às trabalhadoras domésticas. Ela não gostaria que as trabalhadoras domésticas e mesmo o movimento negro pensassem que havia interesses particulares na sua luta, citando como exemplo o caso de sua sucessora na Associação das Empregadas Domésticas de Campinas na década de 1970, que na sua interpretação

³ Conforme informação do autor, esta é uma versão ampliada do artigo com o mesmo nome, publicado nos livros *Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros* e *Um olhar negro sobre o Brasil* <http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=21&id_publicacao=5726&id_indice=4474>.

buscava através da causa das domésticas uma ascensão social e visibilidade no campo político partidário.

Das narrativas é possível pinçar as ações exercidas em parceria com os políticos individualmente e com os partidos. Assim, em 1954 foi eleita por unanimidade para o cargo de presidente do Departamento Feminino, do comitê Pró-Adhemar de Barros.

Depois veio Adhemar de Barros como governador do estado. Adhemar de Barros fundou o partido PSP (Partido Socialista Paulista)⁴, então eu passei a trabalhar em prol partido do PSP. Várias vezes ele foi candidato, nós trabalhamos pra ele, pra mulher dele também. A candidata Dona Leonor sempre foi uma pessoa muito firme. Ela comandou todas as criações filantrópicas de hospitais: Hospital das Clínicas, Hospital de São Paulo, tudo isso passou pela mão dela. A gente gostava muito dela porque ela era a primeira dama que mais saía em campo mesmo. Aí fundou o Hospital de Campos de Jordão, nós fomos convidados pra inauguração e tudo. Então foi fundado o PRP que passou a ser a UDN⁵, depois da UDN passou a PRP, e hoje é o PDS. Já teve quatro nomes, vem do PRP, depois vem para o PDS, hoje é o partido do governo.

⁴ Partido Social Progressista (PSP) foi fundado em São Paulo por Adhemar de Barros, em junho de 1946. Criado a partir do Partido Republicano Progressista, presidido pelo mesmo Adhemar, foi o resultado de uma fusão que além do PRP juntou o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS). Foi, na prática, a maior agremiação partidária depois do PSD, PTB e UDN entre 1947 e 1965 e o maior partido do estado de São Paulo no mesmo período. Foi dissolvido pelo Ato Institucional Número Dois, o AI-2, de 27 de outubro de 1965. A maioria dos membros do PSP se agrupou no partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional. Foi representado por um presidente da República, João Café Filho, o vice de Getúlio Vargas em seu segundo mandato, que assumiu o cargo após o suicídio deste. Foi extremamente forte no estado de São Paulo, sob a direção de Adhemar de Barros, novamente governador do estado, eleito por duas vezes e prefeito de São Paulo durante esse período, além de ter sido candidato à Presidência em 1960, obtendo mais de 20% dos votos. Outro governador do PSP foi Lucas Nogueira Garcez, lançado por Adhemar. Em 1987, um novo PSP foi criado pelo jornalista Marronzinho, à revelia dos pessepistas históricos – incluindo o então deputado federal Adhemar de Barros Filho, que tentou impugnar no TSE a atitude oportunista. Marronzinho ganhou a disputa pela legenda na justiça eleitoral e tentou vendê-la para o filho de Adhemar. Este, então, criou o PRP, que não obteve o sucesso do velho PSP
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ademar_Pereira_de_Barros>.
(http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Progressista>.

⁵ A UDN foi um partido político fundado por forças oposicionistas às políticas do presidente Getúlio Vargas. Os fundadores da UDN, entre eles, Adhemar de Barros, Carlos de Lima Cavalcanti e João Cleofas, lançaram o brigadeiro Eduardo Gomes como candidato a presidente da República e deram início a uma ampla frente antiVargas. Os simpatizantes e filiados da UDN ficaram conhecidos como "udenistas". Eram os representantes das forças conservadoras, que defendiam o modernismo e o liberalismo, fazendo oposição ao populismo. A UDN foi chamada de "partido dos cartolas", pois era formado, em sua maioria, pela classe mais alta da sociedade, e atuou denunciando a corrupção administrativa. A UDN era um partido que defendia o interesse da indústria e dos proprietários de terra. Sua atuação culminou com a deposição do presidente João Goulart, em 1964. A UDN foi extinta através do Ato Institucional número 2
<http://pt.wikipedia.org/wiki/União_Nacional>.

Em Campinas após o golpe de 1964, Dona Laudelina, com o bipartidarismo, se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁶ e começou a se relacionar com Orestes Quércia. Com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), Dona Laudelina a ele se filia, mas se desvincula do partido, como demonstra o depoimento a seguir:

Tem vinte cartas do PT aqui, cancelei minha escritura, porque eles só estão fazendo aquilo que a criança faz na fralda. Cancelei porque o erro começa pelo partido. Que opção? O programa do partido é bom, quem está lá é que está fazendo sujeira. Gente, o Lula é deputado federal, se omitir pra não sentar na mesa pra brigar. Falar as verdades que sacodem, ele vai falar quando? Você viu quando do último dia do debate, o Colorido engavetou ele, empacotou ele, e ainda arrumaram aquela mulher pra dizer que ele teve um filho com ela e a abandonou. Mas isto fazia parte de uma política salafrária, política safada, ele (o Lula), foi na conversa. Eu no lugar dele, eu falava o diabo pro Collor, no dia que eles apresentaram aquela mulher contra ele. O que esta acontecendo com o PT? O PT está enterrando a gente. O PT deve de nos elevar está nos enterrando. Agora a última deles é mandar votar em branco. Acabou com o resto do partido. Não vai ser fácil para elevar não, porque aqueles que eles mandaram votar em branco votaram no Fleury porque está contra ele, PT. Porque começou a fazer bobagem. Lula começou a fazer a bobagem quando lançou o coisa (...). Se o partido tivesse forte, se o partido fosse do trabalhador, não tinha trabalhador fora do partido. Então o nosso candidato estava no governo do estado, eleito pela maioria, eleito pelo trabalhador. Perder no reduto deles? São Bernardo dos Campos e todo aquele pedacinho; que perdeu pelo Maluf, um safado de um turco sem vergonha, turco Paulista e outro de Minas, turco Mineiro. Turco nasce lá no inferno chega aqui é paulista, é mineiro. Perder pra essa corja toda? (O Lula) foi empacotado pelo colorido lá, e agora arrematou na mão do Quércia. E ainda o Quércia tirou sarro:

– O PT vai votar no Fleury.

E votou mesmo. Aqui nós tivemos oportunidade (de ver), (eu) tive a oportunidade de votar no segundo turno, votei na legenda. Mas, se tinha Petista que se dizia petista, por que votou contra? É porque está insatisfeito, porque eles estão fazendo pior do que os capitalistas. Olhem, safadeza do prefeito (Jacó Bitar):

– Tô no partido. Sou comunista, sou comunista, não sou petista, estou no partido, não sou petista, não recebo ordem de São Paulo.

*Gente! Tenha dó! Estão fazendo pior do que essa corja que está aí!*⁷.

⁶ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era um partido político brasileiro que abrigou os opositores do regime Militar de 1964 ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Organizado em fins de 1965 e fundado no ano seguinte, o partido se caracterizou por sua multiplicidade ideológica graças sobretudo aos embates entre os "autênticos" e "moderados" quanto aos rumos a seguir no enfrentamento ao poder militar. Inicialmente raquítico em seu desempenho eleitoral, experimentou grande crescimento no governo de Ernesto Geisel obrigando os militares a extinguirem o bipartidarismo, e assim surgiu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro em 1980. Com o fim do bipartidarismo, as inúmeras correntes que formavam o MDB fundaram legendas como o PT e PDT, e outras que vieram mais tarde desde os anos 1980. Em 1988, uma cisão no PMDB deu origem ao PSDB, formado pela ala então socialdemocrata e os intelectuais do partido ligados ao ex-governador paulista Franco Montoro
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democr%C3%A1tico_Brasileiro>.

⁷ Depoimento de Dona Laudelina dado ao Museu de Imagem e Som da Campinas.

Mas para Dona Laudelina o que significava um partido político?

Talvez o compreendesse como um lugar de disputa hegemônica, necessário para a garantia dos direitos da população negra aos bens e serviços sociais, bem como o seu desenvolvimento econômico. Todavia, entendia que o negro não estava nesse espaço de poder nem física nem simbolicamente. Para ela, mesmo os partidos de origem trabalhista e de esquerda tinham dificuldades de compreender as necessidades e especificidades negras, como ela costumava dizer: “eles pensam que é tudo igual (a realidade dos trabalhadores brancos e negros e das mulheres). Na verdade, eles sabem que não é, mas se reconhecer vai ter que dividir poder. E é o que ninguém quer: dividir poder. Os partidos têm donos”.

OS POLÍTICOS E OS PARTIDOS DOS BRANCOS NA SUA RELAÇÃO COM A TEMÁTICA RACIAL

Em outra oportunidade discutimos de forma breve acerca da forma pela qual as relações interétnicas foram compreendidas e tratadas por Dona Laudelina, e se percebeu que para a realização das atividades educacionais foi indispensável a ajuda do branco bem posicionado, ou que tinha algum *status* na sociedade local. Com esses brancos se percebeu também que a relação não se baseava na negociação e na troca. A partir dessa discussão vai ser possível observar a relação atuante e consciente que Dona Laudelina tinha com a história política do Brasil, bem como poder-se-á evidenciar as diferenças das relações que ela mantinha com os "brancos bons" e com alguns "brancos políticos". Os brancos políticos "*como sempre, tudo prometem e nada fazem*". Conforme se observa no depoimento a seguir:

Agora aqui em Campinas, o movimento era somente para a cultura do negro, para cultura, um movimento de integração com outras cidades. Em 1959 nós fundamos em Campinas uma sociedade. Fundamos uma sociedade que se chamava Grupo Cultural do Negro Campinense. Era a época de eleições, então candidato ao governo do estado era Jânio Quadros. Nós tivemos então o sócio do Grupo Cultural do Negro de São Paulo. Então José Benegris, professor Geraldo Campos de Oliveira e mais elementos que estavam no conjunto do processo da formação de uma sociedade em que o negro estava entrando para uma política partidária no país. Então foi solicitado em Campinas para Câmara de Vereadores, para Prefeitura, o local



pra gente reunir, que a gente não tinha local para se reunir. Logo em seguida nós tivemos a visita do secretário do candidato do governo do estado de São Paulo, que foi Carvalho Pinto, (o qual) propôs para que a gente fizesse um ofício pedindo para o estado um terreno para que fosse construída a sede da sociedade que a gente estava preiteando em Campinas. Foi indicado um terreno no jardim Proença, perto da igreja de Nossa Senhora de Aparecida, (em) cujo terreno seria construída a sede da sociedade.

Então começamos a fazer um trabalho com os candidatos, prefeitos de Campinas, deputados estaduais, federal, para que realizassem esse sonho que a gente tinha de ter uma sociedade do Negro em Campinas.

Na data de 25 de abril de 1959, foi colocada a primeira pedra no terreno, veio para Campinas o secretário de Cultura de São Paulo. E Auro Andrade era o senador naquela época, mas veio pra Campinas o filho dele Aurinho quando lançada a primeira pedra da sociedade.

Nós recebemos dos políticos um ofício que dizia que ali nós seríamos proprietários daquele terreno onde ia ser construída a sociedade. Mas infelizmente nós trabalhamos durante a campanha para os candidatos, foram eleitos, tomaram posse, mas foi esquecido, naquela promessa que eles haviam feito que havia de construir a sociedade para nós.

Da pedra fundamental nós continuamos a reunir, fazer um trabalho em conjunto, porque os brancos desapareceram. *Daí com muito sacrifício, com muita coisa, muita atrapalhada, muita confusão, parou, parou de fazer a campanha. Nesta época nós estávamos morando num prédio na rua Benjamin Constant que foi instituída por um dos candidatos que era campineiro, Rui de Almeida Barbosa, e outros mais que eram candidatos a deputado. E como sempre eles prometem tudo e nada faz.*

Passou-se um ano, eles requereram o prédio novamente, nós tivemos que mudar, nós já estávamos morando lá com meu filho e mais outro casal. Era uma casa e tinha aquela sala onde a gente fazia as festinhas, matinês dançantes, faziam os bingos, onde apresentavam peças teatrais.

Então nós entregamos a casa e eu fui morar na rua José Paulino, quase esquina de Barão de Jaguara. Cessou a sociedade. Parou! Ninguém fez mais nada. Destituiu tudo. Não tinha local, e não recebemos o apoio dos (políticos). Nós recebemos aquele ofício, mas quando a gente foi ver, o terreno não era nosso, porque nós não tínhamos uma escritura do terreno. O terreno não era nosso, o terreno pertencia ainda à velha do jardim Baronesa. Existia a casa antiga, casa colonial, a casa grande, e estava ocupada por um grupo de menores abandonados que o juizado tinha concedido de colocar lá. O terreno pertencia ao município, tinha sido doado pelo município.

Terminou, nós mudamos, paramos o movimento, dispersou o pessoal de São Paulo também. Os daqui todo mundo parou, não fez mais nada, e a pedra fundamental ficou lá até hoje. Algumas daquelas pessoas que estavam naquela comissão compraram o terreno; compraram aquele terreno e construíram pra eles, pros filhos, tão vivendo lá, mas compraram e pagaram.

O depoimento revela nitidamente o tipo de relacionamentos que ela estabelecia com os políticos brancos. Esses relacionamentos aconteceram através de uma troca de favores. Por um lado, as lideranças negras deveriam organizar a população negra para votar no branco. Por outro lado, os políticos brancos deveriam atender às reivindicações

da população negra. Essas reivindicações geralmente eram atendidas, por exemplo: como concessões de salões para bailes, concessão de uma casa para atividades culturais, educativas e de lazer.

Mas Dona Laudelina resolveu mudar os rumos do movimento negro em Campinas.

Aqui em Campinas, o movimento era somente para cultura do negro, um movimento de integração com outras cidades. (...). Fundamos uma sociedade que se chamava Grupo Cultural do Negro Campinense; (...) uma sociedade em que negro, estava entrando para uma política partidária no país.

Assim, ela novamente busca a ajuda do professor Geraldo Campos de Oliveira e de José Benegris, para que juntos dessem uma identidade política partidária à organização negra em Campinas. O pensamento de Dona Laudelina já em 1959 parece se assemelhar à postura de Munanga, ao afirmar que é necessário a:

(...) busca da identidade coletiva do negro, mas numa orientação mais político-ideológica do que culturalista, pois a realidade da "raça" é social e política: ela é uma categoria social de exclusão (...). A maior identidade do negro, do meu ponto de vista, seria identidade política, de um segmento importante da população despojada de seus direitos de participação política e socioeconômica. (Munanga, 1986, p. 54).

Dona Laudelina buscou a identidade negra coletiva via campo político primeiramente, através do apoio do branco que, conforme as narrativas, e também o documento que relata o evento da fundação da pedra fundamental, no qual se formalizou o apoio que eles (os políticos brancos) sabiam que não era verdadeiro e nem se efetuariam. Mas precisavam da ajuda de Dona Laudelina e dos negros para se elegerem, conforme destacado: *“(após as eleições) foram eleitos, tomaram posse, mas foi esquecido, naquela promessa que eles haviam feito que iriam construir a sociedade para nós. Da pedra fundamental nós continuamos a reunir fazer um trabalho em conjunto, porque os brancos desapareceram.”*

Assim, é oportuno aqui citar novamente Munanga, quando diz: "o racista não se limita apenas em querer impor ao outro a sua visão do mundo, mas também em

impedir-lhe o acesso quando se aproxima" (IBIDEM). Os dois momentos citados por Munanga em seu artigo aqui se expressam da seguinte maneira:

1. Aproximar para dominar e explorar, concedendo pequenas coisas e apoiando as manifestações culturais, mas reforçando as desigualdades e marcando as diferenças através da folclorização da cultura negra.

2. Afastar ou exterminar. No Brasil e especificamente na história de vida de Dona Laudelina, isto acontece através da manipulação, da mentira, da repressão, da cooptação de lideranças, da institucionalização e burocratização do movimento, do descrédito de grupos específicos, do isolamento do movimento, por atender líderes e grupos moderados e isolar os mais radicais. Situações essas que são observadas em vários momentos do texto.

Na realidade, no contexto dos partidos políticos brasileiros o debate da questão racial sempre ficou delegado ao segundo plano, conforme afirma Ivair Augusto dos Santos (2001), ao fazer uma releitura dos programas dos partidos, agrupando-os em quatro grupos: de 1945 a 1964; de 1964 a 1979; de 1979 a 1985; e dos partidos criados a partir de 1985 – buscando as diferenças entre os partidos nacionais no tratamento das questões étnico-raciais.

Em suas pesquisas encontra menção à questão racial no período de 1945 a 1964 nos seguintes partidos políticos:

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrata Cristão (PDC). Nos maiores partidos desse período, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), partidos conservadores, não constava nenhuma menção ou citação em seus programas sobre a questão racial. Entretanto, foram os parlamentares da UDN os autores da lei que dispunha sobre atos de discriminação e preconceito racial e de cor que, durante décadas, permaneceu como o único recurso legal: a Lei Afonso Arinos. Há ainda a registrar que uma das mais expressivas lideranças políticas negras surgidas neste século pertencia a um partido, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Esmeraldo Tarquínio, protagonista marcante na vida política do estado de São Paulo. O PTB, considerado como de orientação progressista, foi um dos partidos mais importantes desse período. No PTB estavam representadas tendências diferentes: sindicalistas, ideólogos e pragmático-getulistas. Independentemente das tendências nele existentes, com o passar do tempo houve uma identificação da classe trabalhadora com o PTB, com exceção do estado de São Paulo, onde o PSP (Partido Social Progressista) desempenhou esse papel (Santos, 2001, p.77).

Santos (2001) – citando Amaury de Souza –, referindo-se aos dados das eleições de 1960, nos informa que os negros, em maioria independente da classe social, estavam filiados ao PTB e os brancos vinculados à UDN.

No período de 1964 a 1979 com a instauração do período ditatorial e o sancionamento do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, passam a figurar dois partidos – a ARENA e o MDB – no Brasil. E, segundo Santos (2001), ambos não discutiram no plano teórico e prático a temática e a situação negro no Brasil. Nos programas políticos desses partidos existem as referências numa perspectiva universalista e liberal como se fosse um mandamento, uma proposição religiosa, não apontando solução para a superação do racismo e da discriminação racial. Todavia, a ARENA negava a existência do racismo e o MDB, apesar de agregar uma maioria da população negra em sua base, tratava de forma diluída esta questão. Santos (2001) acredita que essa ausência foi devido à criação dos referidos partidos ter ocorrido sem a participação popular, isto é: uma criação feita de cima para baixo.

Do período da abertura política (1979 a 1985), Santos (2001) analisa os programas de cinco partidos, alguns deles históricos, outros fundados a partir de antigas propostas, mas com novos rearranjos. Assim, o PTB, fundado em 15 de maio de 1945, ressurgiu no cenário da Anistia a partir da disputa pelo nome e legenda entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, ex-deputada e sobrinha de Getúlio Vargas. Com a vitória de Ivete, Brizola funda o PDT.

O PTB destaca-se entre os demais partidos por admitir e especificar as áreas em que a população negra sofria mais discriminações, fugindo às práticas discursivas universalistas de inspiração liberal, recorrentes nas narrativas de outros partidos. Tal reconhecimento é muito importante em se tratando de um partido governista na década de 1940 e inícios dos anos 1960.

(...) a) que nenhum preconceito de cor seja empecilho ao acesso de cidadão na vida pública, inclusive no oficialato das Forças Armadas, no corpo diplomático, admitida a seleção entre todos os candidatos apenas por critério de competência; b) que o Governo cuide, especialmente, da educação e da saúde dos homens de cor, para que lhes seja possibilitada igualdade absoluta de condição ao acesso na vida pública (Santos, 2001, p. 91).

Tal aproximação se explicita concretamente no processo de organização do I Congresso Nacional do Negro⁸ promovido pela organização negra Floresta Aurora, realizado em Porto Alegre, no ano de 1958. O referido evento ocorreu dias antes da eleição e, segundo Arilson dos Santos Gomes (2008), foi definidor das eleições nas quais o PTB saiu vitorioso elegendo Brizola governador. Apesar de o evento ter sido suprapartidário, propiciou que as demandas da população negra em torno das questões educacionais se transformassem à época em tema de campanha do candidato petebista: “Educação Popular e Desenvolvimento Econômico”. Todavia, na reabertura política o PTB oficialmente se implementa em 03 de novembro de 1981 e a partir dessa data a referência à questão racial passa a ser bem mais tímida:

Lutar para que todos os brasileiros trabalhistas ou não, de qualquer raça e credo, civis e militares, homens e mulheres, jovens e anciãos, unamo-nos no esforço comum e patriótico pela Democracia, Paz e Progresso do Brasil (Santos, 2001, p. 91).

O PDT de Brizola, dividindo o seu programa em compromissos programáticos, reserva um para tratar especificamente da temática étnico-racial, a saber:

O quarto compromisso programático é com a causa da população negra como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Este compromisso nós concretizamos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da educação e da cultura e nas relações sociais de trabalho. A democracia e a justiça só se realizarão plenamente, quando forem erradicados de nossa sociedade todos os preconceitos raciais e forem abertas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza (Santos, 2001, p. 92).

O PDT (considerado de esquerda) e o PMDB (considerado de centro) explicitam a questão racial e a proposta possível à época para superação. A hipótese para a inserção desta temática de forma objetiva e propositiva é a de que em ambos partidos existia a presença de intelectuais negros, formando uma massa crítica capaz de intervir teórica e politicamente no conteúdo programático dos referidos partidos. Desta forma, destaca-se

⁸ O congresso de Porto Alegre recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior gaúcho, contando com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais brancos e negros e a comunidade. Durante o encontro, foram debatidos três temas centrais: a necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, a situação do homem de cor na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram distribuídos em seis dias, de 14 a 19 de setembro (GOMES, 2008, p. 181).

a presença de Abdias de Nascimento, no PDT, e de Hélio Santos, Ivar Augusto dos Santos, dentre outros, no PMDB.

O PMDB entende que os negros são, em nosso País, discriminados econômica, social e culturalmente. A imensa população negra das matrizes vive, em sua maioria, em condições de miséria nas cidades e nos campos, padecendo de subnutrição e de crônicas deficiências que ela provoca. Por isso, o Partido propugna pela criação de condições que lhe permita romper o círculo vicioso configurado pela situação de pobreza e imobilidade social a que estão submetidos. Tais condições deverão traduzir-se em melhores condições de educação, incluída a qualificação profissional, bolsas de estudo, obrigatoriedade de conceder matrículas em estabelecimentos de ensino, empregos em atividades produtivas e participação em entidades culturais. O PMDB exigirá que os negros sejam respeitados como homens e mulheres e defenderá na integralidade seus direitos como cidadãos brasileiros. O PMDB defenderá também a preservação do patrimônio cultural dos negros e o estudo da história da população negra, valores que têm sido desprezados e deturpados (Santos, 2001, p. 91-92).

O PDS⁹ (considerado de direita), originalmente ARENA, fundado em 30 de janeiro de 1980, conserva também a proposta universalista:

Respeito às minorias étnicas, sociais e religiosas, componentes da expressão da nacionalidade e, bem assim, o seu pleno direito de participação, de representação, de ascensão e de acesso ao bem da sociedade e dos serviços do Estado (Santos, 2001, p. 92).

O Partido dos Trabalhadores (PT) (considerado de esquerda) à época também não explicitava, tampouco reconhecia, a existência de racismo ou de uma questão racial no Brasil de forma clara e objetiva:

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo econômico. Neste particular, a luta pela defesa de cultura das terras indígenas bem como a questão do negro assume o papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no banco e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto, a democracia será palavra vazia

⁹O Partido Democrático Social (PDS) foi extinto em 1993 após seus integrantes aprovarem sua fusão com o Partido Democrata Cristão (PDC) para criar o Partido Progressista Reformador (PPR). Dos dissensos ocorridos surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje atual Democratas (DEM), em meados dos anos 1980. O PPR em 1995 mudou para Partido Progressista Brasileiro (PPB), e em 2003 muda a denominação para Partido Progressista (PP).

para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura (Santos, 2001, p. 92).

A partir dos anos 1985 muitos partidos políticos foram criados, diversificando a vinculação ideológica e a possibilidade de classificação além dos eixos tradicionais: esquerda, direita e moderados. Como Dona Laudelina costumava dizer: (sic) “*com a abertura política já não podemos definir se o partido é de direita ou de esquerda*”. Na verdade, o que ela queria dizer é que com o aumento de partidos ampliou os eixos de classificação, a esquerda agrega várias ideologias. Assim, é possível a existência de uma extrema esquerda, até o centro-esquerda abrigando progressistas, social-liberais, ambientalistas, comunistas, anarquistas, entre outros. De forma radical, dizia: *mas nenhum* (desses partidos) *vai fazer nada para o pobre*.

Santos (2001) elenca 26 partidos, dos quais 11¹⁰ faziam referências à questão racial de alguma forma, os 15¹¹ restantes não faziam nenhuma menção à referida questão. Entretanto, dentre aqueles que se referiram à questão racial apenas três admitiram a existência de uma problemática étnico-racial no Brasil e elaboraram uma proposta de superação para a mesma. O primeiro é Partido do Povo Brasileiro (PPB) que à época era liderado por Antônio Pedreira, um dos três negros que se candidataram à presidência da República no pleito de 1989. Penso que este fato justifica a explicitação da existência do racismo, da discriminação racial e de formas de superação nos programas dos referidos partidos.

Defender a participação dos brasileiros de todas as raças na vida pública, lutando contra o racismo sob qualquer forma que se manifeste; lutar pelo rompimento das relações diplomáticas com os países racistas, cuja prática é inadmissível face a nossa sociedade multirracial; defender a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres (Santos, 2001, p. 93).

¹⁰ Partido Socialista (PS), Partido Social Democrático (PSD), Partido Democrata Cristão Fraternidade (PDC), Partido Humanista (PH), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista (PASART), Partido Nacionalista Democrático (PND), Partido Socialista Brasileiro (PSB).

¹¹ Partido Social Cristão (PSC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Municipalista Comunitário (PMC), Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Renovador (PTR), Partido Reformador Trabalhista (PRT), Partido da Juventude (PJ), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Comunitário Nacional (PCN), Partido Estudantil Brasileiro (PEB), Partido Renovador Progressista (PRP), Partido Liberal Brasileiro (PLB), Partido Democrático Independente (PDI).

O segundo é o Partido da Nova República (PRN), criado em 1985, e já extinto após as eleições do mesmo ano. Foi liderado por José Paulo Abreu Monteiro da Silva defendendo a consolidação de um capitalismo social no plano político e econômico. Talvez o seu curto período de existência possa ter sido responsável pela dificuldade de informações. Desta forma, não é possível mensurar o nível de participação da população negra, e/ou se nos cargos de direção havia a presença de intelectuais negros. Contudo, a proposta agrega ações repressivas e valorativas para se combater as práticas racistas e discriminatórias.

Mudanças de ordem social. Lutar por leis que viabilizem a “Proporcionalidade de Oportunidades das Comunidades Negra e Branca” que tinha como síntese a obrigatoriedade de empregar um percentual da população negra e branca, levando-se em consideração o percentual de nível de instrução das duas raças. Desse modo, em cada nível, a raça negra seria empregada obrigatoriamente em empresas com mais de cem empregados no percentual de sua participação e de acordo com estudos e levantamentos do IBGE. Objetivo: terminar com o círculo vicioso da raça negra no Brasil, qual seja: não melhora seu padrão de vida porque os poucos que conseguem ter instrução superior são preteridos por outros do mesmo nível, porém de raça branca e, desta maneira, estes poucos que sobem, sobem em cultura, não em situação financeira; portanto, não conseguem ir melhorando o nível da comunidade negra, que continuará sempre achatada num baixo nível. Ao existir a obrigatoriedade por lei, manter-se um critério de percentual, de acordo com a situação atualizada da comunidade negra, evita-se beneficiar a mesma de forma abrupta, o que totalmente levará ao choque social. A proporcionalidade de oportunidades das comunidades negra e branca “resultará numa automática elevação do nível da comunidade negra, estancando o círculo vicioso que mantém a mesma num baixo nível” (Santos, 2001, p. 93).

O discurso da justiça social parece ser bandeira da extrema-direita e da extrema-esquerda, e do antirracista também. Assim, é que o terceiro – Partido Socialista Brasileiro (PSB) – adota uma postura mais tímida diante da defesa de direitos da população negra.

Manifesto: Caberá à vida partidária incorporar ao seu programa a denúncia e o combate a antigas formas de exploração, agora melhor identificados, a comprovada discriminação racial, a opressão às minorias e às mulheres.

Dona Laudelina costumava dizer que os partidos têm os seus donos. Desta forma, a inserção de uma temática ou outra estará vinculada com a direção definida pela cúpula dos partidos. Destaca-se nesse contexto a posição de Fernando Henrique Cardoso em relação ao reconhecimento da existência de uma questão racial no Brasil, ao ser

questionado se a ação do movimento negro mais agressivo levaria a um novo tipo de racismo:

Fernando Henrique Cardoso – Pode, mas não necessariamente. E é um risco que devemos correr. Afinal, o mínimo que se espera de uma democracia é que reconheça e legitime a existência da diversidade social e até mesmo cultural. O que não se pode é algemar duplamente as minorias, primeiro com a opressão que sofre e, segundo, condenando o seu esforço para libertar-se sob o pretexto de uma igualdade abstrata que, para as minorias, nunca funcionou na prática. Perguntado se não seria mais eficaz, e talvez mais justo, somar as reivindicações populares da maioria, Fernando Henrique Cardoso, responde: Somar não, pois se trata de coisas homogêneas. Eu diria multiplicar. As reivindicações dos movimentos minoritários passam, repito, pela reivindicação básica de igualdade e supõem a liberdade de organização, de expressão e de reivindicação. Neste sentido, não somente você tem uma massa maior da população mobilizada em torno da democracia – isto é, você soma – mas, principalmente, você multiplica as razões para reivindicar e mobilizar, você cria novos polos de articulação de interesses, e isso é democracia. E há mais, as minorias não se deixam iludir muito pela igualdade jurídica, pois a experiência do dia a dia a desmente a cada momento. Por isso, a visão da igualdade é mais concreta e, portanto, mais radical, porque o que está em jogo é a própria vida de cada um, e não somente ideias. A opressão, para os negros e as mulheres, não é um conceito compreendido num livro de teoria política, nem numa notícia de jornal, é experiência diária de sua própria condição de vida. Por isso, a organização e a atuação dos movimentos de emancipação são uma frente inestimável de luta por uma democracia substantiva (Cardoso *apud* Santos, 1997).

À época o pensamento de FHC se constituía num avanço. Também Tancredo Neves, ao elaborar os planos de sua candidatura à presidência da República, fez menção à comunidade negra, dizendo que se devia:

(...) tratar os negros como brasileiros. Eles são vítimas de dois tipos de discriminação: uma da cor e outra da pobreza. Nós temos que redimir o negro do complexo da cor, redimir o negro do complexo de inferioridade social. E só se faz abrindo os nossos colégios, as nossas universidades para os negros, para que eles tenham lideranças capazes e eficazes de promover realmente a sua ascensão na vida política, social e econômica do Brasil (Leite, 1984, p. 9).

No entanto, quando questionado se admitia discriminação ao negro no Brasil, Tancredo respondeu:

Não digo que haja uma discriminação racial, isso eu não tenho conhecimento. Mas existem as limitações decorrentes da inferioridade social do negro na sociedade brasileira. O meio para fazer isso vai ser realmente a democratização do ensino, a democratização de todas as atividades e propiciar ao homem de cor

o acesso a todos os instrumentos capazes de promover a sua afirmação (Leite, 1984, p. 9).

Tais colocações expressam também a atitude que muitos políticos assumem de ficar “em cima do muro”, ou de utilizar o tema somente para conseguir votos. Todavia, responsabilizam os negros pelo seu insucesso social e se colocam numa posição de redentores: “nós temos que redimir o negro do complexo da cor, redimir o negro do complexo da inferioridade social.”

Contudo, entre as ambiguidades contidas na fala de Tancredo Neves, percebe-se que havia a proposta de uma política social para eliminar a situação de discriminação racial existente, ainda que ele não declarasse a sua posição em relação à existência do problema, ao apontar como saída para a superação do racismo a democratização do ensino, da vida cultural, econômica e política do país.

Santos (2001), em suas conclusões à época, aponta para a escassez do debate sobre a questão étnico-racial no interior dos partidos. Segundo ainda o autor:

O processo de configuração político-partidária sempre se realizou como um jogo de cartas marcadas, restritivo em termos sociais e racialmente seletivos, ou seja, sempre se realinharam posturas, conservando as posições. De maneira geral, os partidos políticos não conseguiram ser mecanismos de incorporação das reivindicações negras. (...) Os partidos são canais privilegiados para enfocar os silêncios e as raras presenças da questão negra. (...) Os diálogos do Movimento Negro com os partidos políticos, ao longo do século XX, mostram a falta de sensibilidade e percepção das reivindicações. (...) Uma das linhas que acompanha a inserção do tema tem sido a negação absoluta da existência da discriminação racial e uma valorização do clima de harmonia entre grupos raciais no Brasil. O negro não é reconhecido na sua especificidade, sua história é ignorada e suas demandas somente são pensadas no âmbito da generalidade econômica. A invisibilidade, omissão, silêncio ou recalcamento em torno das desigualdades raciais no Brasil estão associados ao mito da democracia racial. Essa visão que permeia a ideia de uma nação e um só povo que vive em plena harmonia entre as raças. (...) O nível de ambiguidade em relação aos partidos de esquerda estará sempre presente na relação com o Movimento Negro. A identificação com os partidos de esquerda, imaginada e teorizada como um processo natural, estava impedida pela não incorporação das reivindicações específicas do Movimento Negro (Santos, 2001, p. 71-72).

A narrativa de Dona Laudelina corrobora as conclusões de Santos, pois revela que a mesma tinha consciência de que todos os partidos em intensidade maior ou menor não deixaram de ter preconceito contra o negro e contra a mulher, e partilhava, nesse

sentido, do mesmo pensamento de Adalberto Camargo, segundo o qual o negro não teria um partido onde suas necessidades fossem inteiramente contempladas.

O depoimento de Adalberto Camargo revela as formas de discriminação sofrida pelo político negro no interior do partido:

Embora o MDB sempre defendesse o processo democrático de provimento de cargo, mesmo internamente. Em uma dessas reuniões em casa do Montoro, eu era mais ou menos o conselheiro do grupo, o João Paulo me convidou para ir porque lá eles iriam reunir os três os grupos, a cúpula dos três grupos, para discutir essa unificação. A casa dele estava aberta.

Dentro daquele espaço de liberalidade que ele deu na casa dele, eu entrei com um pouco de atraso no horário. Ele estava conversando, confabulando logo no hall de entrada. Montoro estava de costas para a entrada da rua e o João Paulo de frente. Naquele exato momento, João Paulo disse:

– Nós fazemos o entendimento, mas na chapa única o Adalberto tem que ser o primeiro vice-presidente ou primeiro secretário.

Aí Montoro usou a seguinte expressão:

– Eu não acho conveniente pôr negro na cúpula do partido.

Aí eu cheguei, ouvi e bati nas costas dele. Ele ficou muito desapontado, sem argumentação, mas eu tive um tipo de atitude para com ele, para que ele não ficasse desconcertado. Disse a ele o seguinte:

– O tempo traz muitos ensinamentos, e esse tempo passa, senador, tem uma particularidade, eu sei esperar para as transformações.

Terminou a conversa, ficou muito descontente, desconversou. Esse foi um fato (Valente, 1982, p. 53).

Dona Laudelina expressa claramente esse descontentamento, também em relação ao PT, declarando: "*o partido não quer nem saber se nós existimos*".

A percepção que Dona Laudelina teve da posição do partido acerca do negro é similar à constatação de Borges Pereira, que afirma, segundo F. Valente, que:

O PT, mesmo solicitado, vinha se recusando a aceitar a incorporação da questão negra como tópico específico de seu programa, a partir do princípio de que o partido estaria centrado na defesa do trabalhador, sem adjetivação de qualquer espécie, mesmo as de natureza racial (Valente, 1982, p. 53).

Mas apesar de ele, em sua convenção nacional, haver incluído no programa uma preocupação com as minorias étnicas, Dona Laudelina pensava ser insuficiente, pois, segundo ela:

Os candidatos negros que foram lançados pelo partido, Marco, por exemplo, teve a maioria da votação não venceu porque era negro. Quando nós fizemos uma comissão e mandamos para o partido que nós queríamos lançar a Benedita da Silva como vice dele, ele enrolou, enrolou, e lançou aquele outro



safado lá do Rio Grande do Sul, malquisto, mal visto, traficante e tudo o que aconteceu.

Aposto se ele tivesse lançado a Benedita ele teria força, vou te dizer pra você, não só da mulher, mas dos próprios homens, ele teria força e o trabalhador reforçava o partido. Nós não tivemos, eles negaram a Benedita, no entanto na greve de Volta Redonda, foi ela que segurou as pontas lá dentro de Volta Redonda, secretariando a greve.

É sinal que ela tem capacidade, mas quando? Mas (aqui em Campinas também), quando o Jacó entrou nós pedimos uma secretaria, não conseguimos, começou a brigar (os negros), eles (brancos do partido) começaram a jogar negro contra negro.

Negro é safado por lei, ficaram um brigando com o outro e não conseguimos nada.

Lá em São Paulo teve trinta departamentos, hoje não tem nenhum, eu tenho jornais aqui do Quércio abraçado com o presidente da Comunidade Negra (Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra), do Quércio beijando a secretária lá na secretaria da mulher. Da mulher do Quércio no departamento da mulher, hoje se você procurar um (você não acha).

O primeiro departamento que ele extinguiu foi o departamento do trabalho¹².

Diante da participação lateral tida pelo negro no interior dos partidos políticos, Dona Laudelina acreditava que uma das saídas era o negro criar o seu próprio partido, contrariando outros posicionamentos seus em relação a essa temática, quando apoia a decisão de Geraldo Campos em se afastar da Frente Negra Brasileira justamente por essa instituição ter a pretensão de se transformar em um partido político.

O negro ainda não se conscientizou que, o negro não pôs na cabeça que ele tem que se unir e criar um partido.

Mas sua longa experiência a fazia refletir acerca de sua própria proposta:

Mas o branco tem medo que o negro chegue a criar um partido, porque ele sabe que tem negro que vai brigar contra eles, então tira da ideia do negro de votar no negro pra votar nele (branco): dá cem cruzados pra cada um e bota um cálice de pinga e vota nele.

Dona Laudelina tinha consciência também de que a influência do branco, independentemente da ideologia conservadora ou progressista, dividia os microgrupos étnicos. O seu projeto de militância e sua prática na esfera cultural e social podem

¹² Depoimento Dona Laudelina dado ao Museu de Imagem e Som de Campinas.

confirmar a existência de uma matriz cultural, nos termos de Bonfil Batalla, que una esses grupos. Mas seu relato e sua prática política revelaram ter sido impossível a construção de uma identidade étnica via política, na qual convergissem todas as identidades particulares dos diferentes microgrupos étnicos negros. Assim, a identidade étnica negra no Brasil parava – mais que hoje – no campo da cultura, perdendo sua força de ideologia étnica no campo econômico e político, para se confundir muitas vezes no discurso do cidadão, ou em outro tipo de alienação política ideológica.

O seu depoimento revela que tinha a percepção de que esse fenômeno se estendia à mulher, e ao trabalhador como se pode observar a seguir.

Dentro do movimento político eu vejo que é importante o negro estar assumindo o poder político, mas é muito difícil; porque o próprio negro dificulta. Porque o negro ainda não está conscientizado que ele deve lutar pelo negro ou por ele mesmo. Então o negro está sempre nas campanhas políticas, em vez do negro estar junto com o negro ele está trabalhando para o branco, não se encontrou ainda dentro de uma campanha política que o negro esteja trabalhando pra outro negro.

Mas o objetivo do negro não é levar o outro negro lá dentro, eles estão sempre trabalhando para o branco, porque o negro ainda não pôs na cabeça que o branco joga cinco, dez candidatos pra um atrapalhar o outro, mas angariar votos para o branco entendeu? Negro nunca está trabalhando firme pro negro, porque o negro não tem confiança no próprio negro, nem nele próprio ele não tem. Porque ele acha que o negro não tem capacidade, até agora o que eu sinto o que eu senti é isso, um não tem confiança no outro...

O próprio negro cria preconceito contra o irmão. Você sabe de uma coisa? Nós temos quarenta e dois advogados negros. Não conto com eles em nada... eles não colaboram. Nós já lançamos candidato, o negro não vota no negro, a mulher não vota na mulher, o trabalhador vota no patrão, e assim vai a vida. Não é pra esse século não! O negro, se ele sobe um degrau, ele não conhece o outro, muito difícil. Nós temos esse grupo de advogados formados em Campinas, cansamos de convidar eles pra tomar parte nos Movimentos, e se vai ou não vai, mas não dá uma palavra. É mudo, surdo e cego. Então é muito difícil, né?

Agora mesmo, na campanha do Jacó, funcionário lá dentro da Prefeitura, varredor de rua, que foi contra o candidato do trabalhador, diziam:

– É, ele não vai fazer nada.

E não tão conseguindo mesmo, porque não tem verba pra se movimentar.

Eu acho que o trabalhador tá muito neutro ainda. Nós tivemos um avanço agora em 1988, 1989, na campanha do Lula, nós tivemos um avanço bom, mas ainda não é só isso, puxa mais, porque em nome "Partido do Trabalhador" todo trabalhador devia que estar unido, e a dificuldade da gente resolver as coisas é porque eles não estão engajados, né? Ainda muito trabalhador tá votando no patrão, e precisa conscientizar esse povo. É ainda tá pensando muito no patrão, tá aceitando muito esmola ainda, né? É o passe, é o almoço, é a cesta básica

¹³".

¹³Ibidem.

Dona Laudelina conseguia perceber que a situação do negro era similar à do trabalhador branco pobre e à da mulher. Na sua narrativa destaca a dificuldade de o negro reconhecer-se no outro negro. Aliás, como afirmei em outro trabalho (2004), o negro diferentemente de Narciso acha feio o que vê no espelho, ou em termos de Albert Memmi (1977), passa a se ver com os olhos do outro.

Ela falava na necessidade da união entre a classe operária, mulher e negro. Gramsci, no texto *A questão Meridional*, atribui às alianças como condição fundamental na hegemonia do proletário, constituindo-se numa estratégia para o enfrentamento da burguesia. Nesse sentido, no decorrer de toda a sua caminhada buscou uma aliança entre os diversos microgrupos étnicos e isto implicou, e implica um complexo sistema étnico-político estabelecido no interior desses grupos. O negro, para Dona Laudelina, deveria eliminar qualquer relação de opressão política e preconceitos internos e estabelecer efetivamente uma relação de aliança, priorizando o que é essencial para a maioria da população negra.

VISÃO DE DONA LAUDELINA DO NEGRO NO PROCESSO POLÍTICO PARTIDÁRIO

Em nossas entrevistas formais, Dona Laudelina declara não ter lembrança sobre os candidatos negros das primeiras décadas.

Eu nunca vi os candidatos (negros) só entraram para aparecer, aproveitar e pra angariar votos pros brancos. Eu tenho em mente o Frederico que era presidente do Clube de Elite, foi vinte vezes candidato, mas não conseguiu nunca, nem de suplente. Tiveram vários, têm outros que tão aí agora também no jornalzinho da nossa comunidade, mas nunca conseguiram.

Todavia, em uma visita que fizemos à casa de doutor Adalberto Ferreira pude observar a memória de ambos ser vivificada. Esse encontro informal me possibilitou adquirir conhecimentos acerca da presença negra na política ao longo da história, como, por exemplo, Quintino de Lacerda, liderança originária do Quilombo do Jabaquara que ingressa na política nos anos 90 do século XIX pelo partido governista, se elegendo como vereador na cidade de Santos no período de abril de 1895 a janeiro de 1896. Neste

espaço, chegou ao cargo de Presidência da Câmara, todavia, teve seu mandato cassado em razão de sua origem étnico-racial justificada pelo seu suposto analfabetismo.

Em um rastreamento histórico-político realizado pela UNEGRO em 2011 emergem outros políticos negros que exerceram o cargo nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a saber:

O primeiro parlamentar federal negro eleito foi Eduardo Gonçalves Ribeiro, maranhense e filho de escrava. Anteriormente, já havia sido o primeiro afrodescendente a assumir um governo de província, a do Amazonas de 1892 até 1896, logo em seguida é eleito Senador, mas não toma posse. Em 1897 foi eleito Deputado Federal, exercendo o mandato até sua morte em 1900. Viva a República sem o preconceito de cor! Esse foi o lema usado para garantir a posse de outro negro a ser eleito deputado na história brasileira, o doutor em Direito e abolicionista, nascido em Recife em 1867, Monteiro Lopes, que só conseguiu tomar posse em 1909 depois de muita agitação em prol de seu mandato e da participação do negro na vida política nacional (Unegro, 2011, p. 02).

Monteiro Lopes era advogado, se declarava socialista, republicano, representante do operariado. Segundo Domingues (2013), Lopes não estava a serviço das políticas estaduais “colocou o seu mandato, no parlamento federal, a serviço da discussão da questão social e dos direitos dos trabalhadores” (Domingues, 2013, p. 76). Ainda segundo o referido autor, foi o primeiro a debater as questões étnico-raciais no contexto político partidário.

Destaca-se também nesse primeiro período o biografado de Oracy Nogueira – Alfredo Casemiro da Rocha –, nascido possivelmente em 1856 formando-se médico aos 21 ou 22 anos, “mulato escuro, quase preto conclui o curso de medicina na Faculdade da Bahia, com distinção, com uma tese sobre o beribéri” (Nogueira, 1992, p. 29-30).

Já no estado de São Paulo, na cidade de Cunha ingressa na Câmara Municipal entre 1879 e 1883. Com a implantação da República, foi eleito deputado estadual em 1892. Em 1894, elegeu-se deputado federal pelo estado de São Paulo exercendo a função até 1899. E em 1907 novamente como deputado estadual, até 1920. Em 1916, acumulou as funções de deputado estadual e de membro da Câmara Municipal com exercício da presidência. Entre 1923 e 1924 ocupou o cargo de prefeito do município de Cunha. Em 1925, foi eleito senador estadual com mandato interrompido pelo golpe político militar de 1930. Em 16 de dezembro de 1933, foi nomeado prefeito de Cunha pelo interventor federal Armando Sales de Oliveira, mas faleceu no dia 29 do mesmo mês.

O doutor Adalberto Ferreira e Dona Laudelina se lembraram de um negro comunista candidato “até a presidência da República” e, revendo a história da inserção da população negra no interior do partido comunista, foi possível localizar o operário negro Minervino de Oliveira, uns dos primeiros vereadores do Partido Comunista do Brasil, candidato à Presidência da República (1930) e também, segundo as informações de Chadarevian (2012) e Buonicore (2015), há na história do partido, Claudino Silva – um negro retinto – que foi eleito para a Assembleia Constituinte de 1946 pelo PCB.

Contemporânea à ação política de Dona Laudelina localiza-se também a atuação de outra mulher negra: Antonieta de Barros, que na década de 1930 foi primeira a ascender ao um cargo político no seu estado de origem – Santa Catarina – como deputada nos pleitos de 1934, eleita pelo Partido Liberal Catarinense (PLC), assumindo a suplência no período de 1935-1937, e posteriormente pelo Partido Social Democrático (PSD) assumiu a suplência no período de 1947 a 1951.

De forma geral, as narrativas de Dona Laudelina salientam dois pontos importantes que mereceram atenção: 1) a percepção do comportamento da população negra no processo político; e 2) a visão que ela tinha dos políticos negros e dos negros na política.

Ao falar dos políticos negros, classifica-os em dois grupos: “negros não honrados” (sem compromisso étnico-político efetivo e uma prática política individual) e “negros honrados” (compromissados politicamente com as causas negras).

Agora a presença do negro é assim: Que nem agora nesta campanha (1988), o outro queria levar o nome do Jorge e não levava. O Jorge pegou e lançou aquele candidato negro. Esse aí que tiravam sarro que ele não sabia falar, foi pra prefeito o Jorge que jogou ele nesse partido humanitário. Partido novo, que foi criado agora que não tem ainda nem nome, pode-se dizer, porque um partido que foi fundado pelo Adalberto Camargo (...). Adalberto Camargo na política foi a pior aberração que nós tivemos. Era um negro rico. Ele era rico agora tá pobre. (...) Ele tinha na praça quinhentos carros, quinhentos táxis na praça de São Paulo. A mulher era decoradora, a mulher dele faleceu. Ele era um pequeno industrial, ele lidava com peças. Depois então, ele quando eleito deputado ele fez intercâmbio com a África. Ele negociava com a África por intermédio do governador, do presidente da República, do governador do estado, ele era quem fazia intercâmbio com a África e não deixávamos, nós negros, chegar perto dos africanos. (...) Ele apossou-se das diretrizes. Ele (tinha) comando daqueles entendimentos que ele tinha com os africanos; ele não dava possibilidade de nós os negros brasileiros descendentes dos africanos terem contato com os africanos. Aí fez um comércio pra ele porque ele que dirigia; ele e o filho (tomavam conta) do intercâmbio da negociação entre o Itamarati e os governos era ele que fazia.

Você entendeu? Quando ele consegue chegar lá, ele não tá nem aí, ele pensa que o branco vão votar nele. O branco não vota em negro, branco vota nele mesmo e ainda pega voto do negro.

Ao falar dos negros não honrados, menciona detalhadamente aspectos da trajetória política de Adalberto Camargo¹⁴, talvez por este ter sido uma liderança que envolveu politicamente outros indivíduos que partilhavam do mesmo pensamento e prática política, como Theodosina Ribeiro e Paulo Rui. Adalberto Camargo foi a maior expressão política eleitoral negra, conseguindo noventa mil votos nas eleições de 1974, e tendo colaborado para a criação do "Voto Racial", entendido como "uma identidade racial negra entre eleitos e candidatos, baseada na crença de que o importante é o negro votar em um negro para superar as barreiras também existentes no âmbito partidário." (Gomes dos Santos, 1992, p. 19).

Dona Laudelina neste período também era membro do MDB e também acreditava no voto racial, mas divergia de Adalberto Camargo, talvez por ele estar ligado a sociedades culturais recreativas de "elite" e não ter uma ideologia política, como ele próprio afirma: "Eu não sou candidato de nenhuma corrente partidária, nunca fui da corrente classista, nem ideológica, nem estudantil, nem sindicalista." (Valente, 1982, p. 145).

A crítica que Dona Laudelina faz a Adalberto Camargo é generalizada a outros parlamentares negros, via Federação das Entidades Afro-Brasileira do Estado de São Paulo, quando avaliam as eleições no bipartidarismo:

Nossa participação nas eleições de 1974, 1976 e 1978 não foi menos frustrante. Muita teoria, muita exigência por parte das entidades negras aos candidatos, porém, pouco trabalho efetivo e apoio prático foram oferecidos para a efetivação da eleição dos candidatos. Por outro lado, a comunidade negra votou sim, mas não nos candidatos negros consequentes. Ela elegeu alienígenas, racistas e repressores que nunca se propuseram a defender quaisquer interesses da comunidade, alguns nem compareceram aos debates para não se comprometerem (Santos, 1992, p. 23).

Adalberto Camargo parece ter consciência das críticas que setores da população negra lhe faziam, ou fazem, e elabora sua defesa:

¹⁴Adalberto Camargo foi eleito pelo MDB em 1966 deputado federal e reeleito em 1974, permanecendo no cenário político até 1978.



Eu não mudei. A pecha que querem atribuir a mim através dos negros é porque esses negros são subservientes, obedientes à sociedade branca que os domina, os fazem de capacho, chofer, contínuo e de lavadeira, só isso. E eu não sei ser isso. É o que faz uma campanha empenhada e promovida pelo branco escravocrata.

O negro não tem opinião própria porque o negro nunca teve opinião política nesse país. Falei para eles na televisão da Bahia, estado muito bonito, folclórico, cheio de religião, mas é um povo inerte, inocente. É um estado com setenta e cinco por cento de negros e devia ter uma representação negra no Congresso. Qual é a igualdade? E mais, todas as manifestações que houve no PMDB foi na base do negro, na cultura, o negro na arte, na dança, na culinária.

Em termos econômicos e políticos, ninguém se manifestou. Na hora de pôr a mão no dinheiro ninguém fala.

Eu estou vendo toda a movimentação, porque eu vou para o segundo tempo. Houve um desencanto por esses pseudolíderes que estão no partido da suposta oposição. Se desencantaram com os dirigentes. Porque eles nunca pertenceram à direção do partido. Os negros lá são compinchas, ou não é? Prometeram Secretaria de Estado. Fizeram um complô contra mim. Fizeram seminário e simpósio. Eu aqui estou olhando. Não deram nada para ninguém. Deram 'carguinhos'." (Valente, 1982, p. 145-172).

Adalberto Camargo coloca não haver um partido político para o negro: "nós nunca exercemos nenhuma prática política, nunca participamos da vida pública desse país. A não ser usados como penico, na hora eleitoral depois posto debaixo da cama."

Assim, justifica a sua mudança de partido político, do PMDB para o PDS.

Eu não mudei de partido, eu nunca mudo, porque tenho uma máxima:

"Defunto que muda de cova perde osso."

A minha linha de pensamento é para a emancipação psicológica da comunidade negra que ainda está psicologicamente escravizada (Valente, 1982, p. 145-172).

Fica expresso no depoimento de Dona Laudelina que ela não acreditava na existência de uma neutralidade política e, para ela, assim como o PDS representa Paulo Maluf e Benedito Pio da Silva (responsáveis pela proposta de controle da natalidade das populações negra e parda) também Adalberto Camargo era partidário das ideias malufistas:

O Maluf, quando o Maluf foi candidato, a outra vez que ele perdeu, Maluf tinha uma postura assim, imposta pelos americanos, para que eles esterilizassem as mulheres negras para não ter filhos.

A prisão da Beth Mendes, da Teresa tudo teria envolvido nisso que denunciaram a Beth Mendes foi presa no Uruguai, no Uruguai não, no Paraguai, no Paraguai não, em Lima, no Peru.

E ainda tem negro falando que vai votar no Maluf. (Os americanos impuseram a ele) para esterilizar as mulheres negras. Como eles conseguiram esterilizar

as índias e as colhedoras de borracha lá no Amazonas, eles conseguiram esterilizar as mulheres lá. As mulheres de lá tão tudo esterilizadas. Queriam esterilizar as negras também. A maior parte dessa coisa (esterilização) é para a mulher negra. Mulher negra tem sangue quente, então tem mais filho.

Na verdade, Dona Laudelina se refere ao fato de que em 1982 Benedito Pio da Silva, membro de um Grupo de Assessoria e Participação (GAP)¹⁵, propôs a esterilização de pessoas das raças negra e parda, porque o aumento do índice de natalidade entre negros e pardos ameaçaria a hegemonia da raça branca.

Esse senhor justificava-se dizendo:

Enquanto a população branca praticamente já se conscientizou da necessidade de controlar a natalidade, principalmente nas classes média e alta; a negra e a parda elevaram seus índices de expansão de 29 para 38%. Assim, temos 65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e um milhão de negros. Mantendo essa tendência, no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60%, portanto muito superior à branca e, eleitoralmente, poderá mandar na política e dominar os postos-chave.

Ana Lúcia Farah Valente (Valente, 1982) classifica em seu estudo dois grupos de políticos negros: os comprometidos explícita ou implicitamente com a questão racial e os descomprometidos. Esta divisão difere um pouco da de Dona Laudelina, que nem menciona em seu discurso os totalmente descomprometidos, compreendidos pela referida autora como aqueles que tinham seu discurso calcado no mito da democracia racial, ou simplesmente "achavam que o problema racial suposto era um problema de distinção entre classes sociais." (Valente, 1982, p. 64-65).

Os negros que Dona Laudelina denominava de honrados podem ser equiparados ao que Farah Valente designa de negros explicitamente comprometidos com a questão étnica, e efetivamente cumprem o que prometeram, principalmente para a coletividade negra. Entre os políticos honrados, Dona Laudelina elegeu Esmeraldo Tarquínio, do qual no seu depoimento passa a falar:

Mas nós temos políticos negros honrados, a exemplo de Esmeraldo Tarquínio. Ele começou como vereador, ele foi o vereador mais votado de Santos. Lá em Santos você consegue eleger um negro com voto branco porque lá é uma cidade

¹⁵Os GAPs foram criados pelo ex-governador Paulo Salim Maluf, com a finalidade de oferecer sugestões administrativas ao governo.

2. Dona Laudelina transitar por todos os grupos negros e, segundo F. Valente, "Esmeraldo Tarquínio (também) parecia transitar com facilidade pelas diversas correntes ideológicas do Movimento Negro, desde as conservadoras até as mais revolucionárias." (Valente, 1982, p. 61);

3. a ela acreditar que negro não vota em negro. Esmeraldo Tarquínio acreditava ter "um destino negro se fizesse uma campanha centrada na questão racial, pois não conseguiria votos nem dos negros, nem os brancos, e não se elegendem." (Valente, 1982, p. 61).

Benedita da Silva também era considerada uma política negra honrada, segundo os critérios de Dona Laudelina. E, ao falar sobre essa política, ela se entusiasmava – sentimento que se expressava ao comentar sobre a participação de Benedita da Silva no VI Congresso das Empregadas Domésticas.

A razão de ela ter sido convidada pra vir no seminário (congresso) foi que, quando nós fomos para Pernambuco ela era lá (no Rio), ela era vereadora. Aí ela acompanhou o congresso. Durante o tempo que nós estivemos lá, ela acompanhou o congresso. E a Benedita foi dentro da Constituinte, foi a deputada que mais lutou pelo enquadramento de classe. (Refere-se à categoria da empregada doméstica). Ah! Ela contou toda a história da vida dela no congresso, que foi doméstica, depois estudou, ela era professora, pra assistente social, e foi presidente dos favelados da onde ela mora. (Contou) todo o trabalho que ela fez. As pressões que ela sofreu das patroas. (A pressão) foi mais, depois que veio o registro de enquadramento de classe. Daí ela sofreu muitas pressões das patroas. Cercaram ela na rua pra bater... telefonaram, mandaram carta chamando, falando, xingando, falando horrores: "que agora os macacos estavam no poder, que os macacos subiram no galho e tudo; agora os macacos subiram no poder".

Seguindo a classificação de Dona Laudelina para os negros envolvidos com a política partidária como "negros honrados", menciono aqui o trabalho e o esforço de outros negros que se encaixam na classificação por ela definida em sua trajetória política partidária, bem como na militância negra. Assim, ressalta-se a lembrança de Alceu Colares e Paulo Paim representando o Rio Grande do Sul. Tantos outros, como Eduardo de Oliveira e Benedito Cintra, que contribuíram para a superação no processo de sub-representação das questões étnico-raciais no interior dos partidos tanto nas instâncias de direção partidárias quanto nas chapas eleitorais.

Os impactos dessa militância podem ser observados quantitativa e qualitativamente nessas últimas três décadas, com o reconhecimento da existência do

racismo e sexismo, seja criando instâncias nos partidos voltadas para a inclusão étnico-racial e de gênero, por meio da instituição de secretarias de mulheres, de combate ao racismo, seja implementando cotas para as mulheres nos processos eleitorais e disseminando intrapartidariamente este debate. Entretanto, somente na primeira década do século XXI alguns partidos instituíram em seus congressos cotas étnico-raciais, de juventude e LGBTs. Também foi a partir do ano 2000 que tivemos as maiores bancadas de negros(as) e de mulheres, nos executivos e legislativos de várias cidades e estados da Federação. Este crescimento está muito distante da real representação dessas populações, posto que indicadores de pesquisas oficiais demonstram que a população negra representa mais de 52% e as mulheres 51,5% da população brasileira. Embora esses segmentos sejam majoritários o sistema político é predominante masculino e branco. Esses dados são quantificáveis, pois o Supremo Tribunal Eleitoral, atualmente, obriga as candidaturas a declararem o quesito raça/cor.

Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), dos 25.919 candidatos inscritos por 32 partidos para os diferentes cargos em disputa em 2014, apenas 8.008 eram mulheres, para 17.911 homens. Quanto à questão racial, as candidaturas se constituem de homens brancos, assim apenas 44,2% dos candidatos eram de origem negra, apesar de os afrodescendentes representarem 53,1% da população brasileira. Do total de candidatos, 38,6% são homens brancos, 30% homens negros, 16,5% mulheres brancas e 14,2% mulheres negras.

Os dados dessa pesquisa ainda revelam que os negros estão filiados a partidos de esquerda com legendas menores e que defendem as causas operárias e socialistas, como PSTU, PCO, PSOL, PCdoB e PCB. Dentre os maiores e considerados de esquerda, o PT é o que apresenta mais negros (41,9%), seguido pelo PSB (37,7%). Dentre os maiores considerados de centro-esquerda encontram-se o PSDB com apenas 32,8% e o PMDB, com somente 26,5%.

Todavia, essa abertura dos partidos para as candidaturas de mulheres, de negros e jovens não garantirá que esses partidos façam investimentos nesses candidatos com o propósito de elegê-los, pois a prioridade e o foco são os candidatos com maiores recursos financeiros.

O PODER COMO OBSTÁCULO: UMA AVALIAÇÃO DE DONA LAUDELINA SOBRE O MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO CAMPINEIRO

A visão de Dona Laudelina acerca do Movimento Negro contemporâneo (1970-1991) pôde ser captada principalmente através de sua descrição do relacionamento mantido pelas diversas instituições e indivíduos negros de Campinas, na ocasião do Centenário da Abolição em 1988.

(As instituições negras) tudo negativo. Na liga dos Homens de Cor estava uma briga por causa de poder. Antes a liga era proibida de ter mulheres no quadro social, agora está tendo (mas) já era uma política machista.

Mas está uma briga lá: tem o Ademir e o Barriga. Eu nem sei o nome dele, o apelido é Barriga. Ademir faz parte da secretaria, mas não funciona não. Ninguém está funcionando, nós tivemos lá em várias reuniões, mas não tem nada, só brigas. É reivindicação dos poderes, todo mundo quer ser presidente, todo mundo quer mandar, todo mundo fazer o que não faz. O MNU, eu não posso contar nada, porque eu não tenho nada pra contar. Só trabalhamos em conjunto no Centenário da Secretaria da Cultura, então, dava a cobertura no que a gente precisasse: local, material.

O Reginaldo começou a dar o contra que nós não deveríamos aceitar, porque no fim, estava dando a entender que era os brancos que estava fazendo. O secretário sentou e disse:

– Nós não queremos fazer, nós estamos colocando à disposição de vocês os locais, material, que é pra realizarem e agora vocês sentam com a gente e diz o que vocês querem fazer, traçam o programa e traz pra gente então vocês vão precisar de palanques, vocês vão precisar de locais, alto-falantes, de tudo isso é com a gente, menos dinheiro porque nós não temos dinheiro pra dar. Nós contamos com vocês e programa.

Então começou aquela questão dele com Benedito Evangelista, com o Barriga, com a Banda de Música dos Homens de Cor, com o departamento do negro. Ele (Reginaldo) levou o programa e ninguém aceitou o programa que ele levou. O cronograma que ele levou, ele dirigia, ele trazia, ele acontecia, (portanto) não era um programa democrático, porque na democracia todos têm voz.

Primeiro ele chegou dizendo que o dia que o Sarney decretou feriado 13 de Maio (ele) queria que o departamento de Cultura mandasse um telegrama de repúdio. Depois ele levantou, disse que ia fazer uma passeata que iria terminar na porta da igreja com o enterro da Princesa Isabel.

Aí eu não aguentei, me levantei e disse:

– Nós somos caranguejo! Estamos andando pra traz. (...) nós temos que ir é pra frente. Da Princesa Isabel já não existe nem mais os ossos. Então nós vamos tratar de Princesa Isabel que já foi? Nós temos que estar na época agora, nós vamos tratar da nossa época. A luta é agora! O que já foi, já foi. Meu coração já não quer mais saber daquilo tudo. Então nós temos que caminhar é pra frente, estamos agora é retrocedendo, vamos agora fazer o enterro da Princesa Isabel, o que vai adiantar fazer o enterro? Vai adiantar alguma coisa?

Aí o coiso levantou, aquele da UNICAMP, como que ele chama, o menino da barraca da UNICAMP. O Ivan levantou e disse que ia ter uma passeata que sairia da igreja depois da missa, depois do ato ecumênico, saía da igreja, subia a rua 13 de Maio, descia Campos Sales, passava pelo jardim Carlos Gomes,



subia a Conceição e vinha pro largo do Rosário; queria que cobrisse a placa da rua 13 de Maio.

Então eu disse:

– Mas que vai adiantar cobrir a placa?

O Ivan:

– Vamos cobrir porque depois nós vamos exigir que tire a placa e troque de nome.

Dona Laudelina:

– Vocês têm que mexer com a Câmara, os negociantes da 13 de Maio, com o Prefeito, com todo mundo; que as ruas da cidade têm a Câmara que acolhe as sugestões dos nomes (...) Tem que brigar com todos estes departamentos para conseguir a troca da rua. Ao invés de brigar pela troca de nome da rua, vamos tratar do agora. Primeiro nós temos denúncia que no Banco Itaú, tem negros que fez concurso está lá dentro trabalhando na cozinha, não está no balcão. O único banco que tem negro trabalhando no balcão é o banco que eu recebo minha aposentadoria, é o Econômico. Outros bancos não têm negros no balcão.

Nós temos duas telefonistas negras. A loja Americana nós lutamos quinze anos para colocar duas negras lá dentro que eles não aceitavam negros no balcão, agora tem caixas, tem no balcão, mas foi luta nossa, minha e do doutor José Alberto, do professor Gustavo, do falecido doutor Wilson e outros. É isso que nós vamos querer. A inclusão das crianças nas escolas, (porque) os negrinhos são tachados como feio, de sujo, piolhento.

Teve um problema de uma assistente social do parque Manuel da Nóbrega, que pôs uma criança de castigo, durante quinze dias pra fora do salão. Nós fomos até o prefeito levamos uma carta, exigimos a saída dela de lá. É isto que nós temos que ver, não é trocando nome de rua, nem queimando cadáver da Princesa Isabel que nós vamos resolver o nosso problema não, o que já foi, já foi, o meu coração já perdoou, que a própria poesia diz “Nós temos que pensar no agora, o hoje”. Não é verdade?

Aí o secretário disse:

– É vó, a senhora tem razão, mas é difícil discutir com o bispo, o chamam de bispo. O Reginaldo não aceita, ele é radical demais, ele não aceita. Tudo ele dá o contra. Só ele é que está certo, só vale o pensamento, a posição dele, a palavra dele, os ideais dele, e não pode ser assim. Agora nós não estamos aqui para fazer o programa, nós estamos pedindo pra vocês montarem o programa e trazer pra nós, pra gente ver o que vocês vão fazer, o que vocês vão precisar. É isso que nós queremos, nós não queremos tomar a frente de vocês. Para amanhã dizer “foi a Prefeitura quem fez que foi o departamento”. É vocês que vão fazer.

A programação saiu muito mal, em todo caso saiu.

Então começou assim aqui os detalhes, foi lá no salão vermelho. Então esses são debatedores. Então o Januário foi convidado pelo Reginaldo. Januário quando confirmou que vinha, então ele vinha de avião, descia em Viracopos, então o Prefeito pôs o carro à disposição dele, o carro social à disposição dele. Foi o secretário da Cultura e foi o Reginaldo encontrar com ele no aeroporto de Viracopos. Fez um convite pro Januário, fez o Januário vir do Rio de Janeiro de avião, de lá trouxeram ele de carro oficial da Prefeitura; ficou hospedado no hotel de Campinas, no hotel ali na avenida, lá na rua Irmã Serafina, um hotel caríssimo. Hotel de primeira. A conferência era de noite às sete horas da noite. Sabe quantas pessoas tinha para assistir o Januário vindo do Rio, colocado no jatinho com todos os aparatos, e todas as mordomias? Fala a verdade, tinha trinta pessoas. Trinta contando com a gente, nós. O



Januário saiu do Rio para vir falar para nós. É uma aberração. Nós já conhecemos o Januário. A gente vive em contato com o Januário, tinha que tá falando pra plateia mais ou menos de umas cem pessoas. O Januário teve a maior decepção, o departamento de Cultura mais ainda. O Prefeito mandou representante, veio da UNICAMP o professor, aquele que não gosta do Reginaldo. O professor da Lapa, trouxe o americano. Aquele que não gosta do Reginaldo, Bob Slanes. E trouxe mais este, veio Lucila, veio não sei quem mais, mas pra fazer trinta pessoas com esses elementos nosso tinha Benê, eu.

Ademir estava na faculdade estudando, essa menina aqui, eu de mulher, a Isaura, Carlos, o Benê e o Reginaldo, e o resto era brancos. Ele veio falar pro negro ou falar para o branco? O branco está cansado de saber a história do negro, ela sabe a história, ele escreve se não publica porque não quer, se abrir pro negro também entrar na roda.

Aí a Lucila nos convidou pra fazer um lanche. Aí foi eu, o Reginaldo, o Januário, a Lucila e o Benê. Aí o Januário então pôs as cartas na mesa e espremeu o bispo de todo jeito.

A Banda dos Homens de Cor a postura deles é virada. *O que acontece com o pessoal da banda é o seguinte: a banda hoje está capengando. Está só aqueles restolhos dos velhos, (eles) estão carregando aquilo mais por uma obrigação.*

Naquela época que nós fizemos uma homenagem pra banda aos vinte e cinco anos de fundação, conseguimos um fardamento novo, até foi (junto com a) semana de Carlos Gomes e Vinte e Cinco Anos da reforma do teatro Municipal. A banda é subvencionada pelo município, tem uma verba do município. Então ela tem uma obrigação de atender chamados, às vezes que a Prefeitura precisa. A banda tem obrigação de atender os chamados. Mas hoje nós estamos (...), se tivermos dez músicos tem muito. Os mais velhos já morreram, e havia uma escola dentro da banda preparando os jovens.

Era Seu Pompeu, Renato Pompeu, eu acho que ele foi trinta ou quarenta anos presidente da banda. Depois que ele morreu, é que criaram essa impossibilidade, eles não aceitam jovens. Porque aqueles jovens que eles prepararam naquela ocasião aprenderam a música, mas foram para outro lado, montou conjunto, uma orquestra e estavam tocando em outras orquestras, tocando em outro lugar. Estavam tocando em bar, tocando em outras coisas mas não na banda. Então quando o Ademir inaugurou o Departamento da Cultura do Estado, na Campos Sales, eles levaram a banda para tocar o hino nacional, mas tocaram pela metade, porque não tem elementos que toquem. Eles estão, mas estão fazendo mais, eles estão muito velho, precisando de instrumentos novos e tudo. Então o problema da banda a gente já sentou com o Prefeito e já pediu: ou eles aumentam a subvenção da banda pra eles comprarem mais instrumentos, ou se fizerem uma campanha para se comprarem mais instrumento e aí a banda é ligada ao Clube Cultural. Então vem a rixa, do cultural com a banda. A banda não se dá com a diretoria mais, a banda não concorda com eles, porque eles não tratam da parte financeira, da parte cultural, da parte em que eles precisam, melhoria de farda, de tudo.

Começamos a fazer festivais, fazia baile da saudade, baile dos veteranos em prol da banda lá no Cultural. Por fim encrencaram porque o Cultural cobrava da banda o acesso dos membros (da banda) nos bailes, das feijoadas, dos vatapás, coisas da vida, churrascarias, festas juninas, pra os dois, pro Cultural e pra banda, né? Mas não une.

Não une a banda com o Cultural, não une. A banda com os da liga dos Homens de Cor. Então eu falei um pouco também, a gente estava procurando meios de unir estes três grupos: a banda de música dos Homens de Cor, a sociedade dos Homens de Cor e o Cultural, que é registrado reconhecido, porque os outros



não são. Não tem outro grupo reconhecido aqui, nem políticos, nem nada. Aí eu parei um pouco pra ver se parava as brigas, porque aí estava brigando Ademir, o Moraes, o Benê, outro Benê, o Benê Paulino, o Benedito Evangelista, o Barriga e outros elementos. Mas estava todo mundo brigando. Dentro dos Homens de Cor, foram todo mundo pra lá. Ninguém tinha um acordo. Agora passaram pra banda, a banda não caminha também. Agora está o José Paiva, está o Sampaio, está o Benedito Evangelista que é também fundador da banda. Estão tudo lá na banda, mas não faz nada no Cultural, não faz nada na banda. Lá nos Homens de Cor, estão brigando por causa de posto de visão. O Barriga é o presidente, o Barriga não aceita o Ademir como vice-presidente porque o Ademir não fez nada, e o Barriga também não está fazendo nada nos Homens de Cor. O Benedito Evangelista não aceita nem o Ademir nem o Barriga dentro da Liga. Então, não entra num acordo nunca! Você consegue fazer nada. É negro contra negro. Um puxa o tapete do outro, então assim.

Dona Laudelina desejava para a coletividade negra a união da raça para melhor acessar os bens serviços sociais, isto é: a dignidade humana, bem como os meios que ela utilizou para tentar atingir os seus objetivos. Ao discutirmos especificamente a sua participação no processo político partidário se evidencia – por meio de uma avaliação que ela realizou dos movimentos negros contemporâneos – sobretudo são os obstáculos que ela enfrentou para operacionalizar e atingir esses objetivos.

Fica explícito que ela tinha consciência de que sua proposta inicial, a união da "raça", não se concretizou. Mas apesar de se sentir desanimada e descrente diante da postura do negro frente a outro negro, a sua própria visão não se alterou com o tempo (história), e simultaneamente lhe aflorava uma sensação de tranquilidade, compreensão e esperança no futuro: *o próprio negro cria preconceito contra o irmão. Você sabe de uma coisa? Nós já lançamos candidato. O negro não vota no negro, e assim vai a vida. Não é pra esse século não!*¹⁶.

Durante as longas conversas, interpretava essa relação se reportando ao passado afirmando que as rivalidades entre os negros já existiam desde o período da escravidão. Comentou acerca das divergências encontradas pelo seu grande amigo, professor Geraldo Campos de Oliveira, com as lideranças da Frente Negra, e reportou-se às suas próprias experiências com as disputas de poder. Entendia o desejo pelo poder como o hipocentro dos obstáculos na realização de suas propostas. Assim relata uma das situações por ela vivenciada:

¹⁶ Depoimento de Dona Laudelina dado a Maria Dutra de Lima – para a revista *Trabalhadores Classes Perigosas*, nº 06.



Ela fez foi uma chapa contra mim, e ela perdeu, eu fui reeleita, e ela não se conformava. Eu viajava, o pessoal me chamava, os políticos e tudo. Chamava para dar apoio. Isso criou aquela coisa, uma animosidade: negro para negro. Diziam que eu queria ser mais. Eu nunca quis ser, eu sempre fui isso que eu sou. Eu nunca quis aparecer; as coisas que eu faço não é para ficar como pinguim em cima da geladeira.

As relações de poder, na interpretação de Dona Laudelina, têm potencialidades para destruir a construção de uma identidade coletiva e de projeto para a população negra, ou em seus termos, “a união da raça em torno de um projeto político”. Entendia também que essas divergências ao se disseminarem para outros grupos étnico-raciais em posição dominante serviram e permaneciam servindo como munição para que os grupos dominantes continuassem, de uma maneira ou outra, manipulando essas diferenças em benefício da manutenção de seu poder de classe dominante e branca: “o branco está cansado de saber a história do negro, ele sabe a história, ele escreve, se não publica porque não quer se abrir pro negro também entrar na roda.”

O poder como fenômeno negativo na formação da unidade grupal é percebido também por militantes negros do MNU, como vem a corroborar o depoimento a seguir:

"Existe uma questão que não é discutida dentro do Movimento, mas que é necessário refletir sobre ela para mudá-la: O Individualismo (...) À medida que avaliamos o MNU, hoje, percebemos que algo vai mal na sua prática política, deixando-nos a impressão do já visto, pois o que se vê é a reprodução das relações de poder da sociedade branca. Como se dá esta reprodução? Como consequência do racismo, o modelo de poder que foi internalizado pelo negro foi o do branco que no Brasil, dentro do sistema ditatorial que vivemos, tem controle de saber das informações e o dinheiro. O negro militante exerce nas práticas políticas a mesma forma de poder." (Documento do MNU apud Nascimento, 1989, p. 03).

Outro aspecto que merece ser enfatizado no depoimento de Dona Laudelina é o choque entre o velho e o novo, expresso em vários momentos de sua história, principalmente, ao se referir ao evento que inaugura a estátua da Mãe Negra em Campinas. Uma vez mais se verifica esse choque agora nas posturas de Dona Laudelina que, sendo pragmática, aderiu a uma luta concreta reivindicando o acesso da população negra aos bens e serviços (escola, trabalho). Esta postura se contrapõe de forma radical à concepção de luta simbólica (troca de nome da rua, enterro da Princesa Isabel),

compreendida pelos integrantes do Movimento Negro Unificado (MNU). Apesar de a luta simbólica ter um poder de transformação das atitudes das pessoas que decodificam os seus símbolos, ainda por si mesma na forma em que se processou e se processa em alguns momentos no Brasil, ela não constitui um elemento de mudança social; neste caso, na situação de exclusão do negro no espaço de trabalho educacional e lazer.

As posturas de ambos não são contraditórias, mas mostram uma diferença significativa nas formas de ação para conquistarem os mesmos objetivos. Outro aspecto a ser observado nesse depoimento é o confronto geracional. Dona Laudelina não perde o carisma, bem como as pessoas não deixaram de ter por ela admiração, mas muitas vezes consideraram seu pensamento e suas estratégias de ação extemporâneos.

REFERÊNCIAS

Livros e teses

CARMICHAEL, Stokely e HAMILTON, Charles V. *Poder negro*. México: Siglo XXI, 1967.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004. 400p.

DUSSEL, E. et al. *A igreja e o racismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Fator, 1983 (Coleção Outra Gente, 1).

FERNANDES, Florestan. A integração do negro à sociedade de classes. *Boletim – Sociologia I*, vol. 1 e 2, n. 301, São Paulo: USP, 1964.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES DOS SANTOS, Genivalda. *Parte dos políticos e etnia negra*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1992.

GONÇALVEZ e SILVA, Petronilha Beatriz. *A formação do operário negro no rio grande do sul: histórias de operários negros*. Porto Alegre: UFRGS, 1984 (Mimeo).

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Otávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

JONES, James M. *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edusp, 1973.

KOFES, Suely. *Entre nós, os pobres, eles, os negros*. Campinas, IFCH/Unicamp, Dissertação de Mestrado,, 1976.

LEITE, José Correia; CUTI, Luis. *E disse o velho militante José Correia Leite*. Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas: 1888-1921*. Campinas: Unicamp, 1987.

MIRANDA, Rodrigo. *Um caminho de suor e letras: a militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas de Getulino (Campinas 1923-1926)*. Dissertação (Mestrado). Campinas, FCH/UNICAMP, 2005.

MUNANGA, Kabenguele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.

MUNARI, Giovanni. *O alcance do protesto popular um estudo da questão racial a partir da Baixada Fluminense*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1989.

MUSTAFÁ, Izani. 200 anos de imprensa e muitas histórias desde 1808 a 2008. MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em <[http://www. file:///C:/Users/USER/Downloads/2747-8032-1-PB.pdf](http://www.file:///C:/Users/USER/Downloads/2747-8032-1-PB.pdf)>. Acesso em março de 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkim. *Panafricanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra*. Petrópolis: Vozes, 1981.

NASCIMENTO, Maria E. do. *A estratégia da desigualdade – O Movimento Negro dos anos 70*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1989.

NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, Laiana L. *Entre a miscigenação e a multirracialização: brasileiros negros ou negros brasileiros? Os desafios do Movimento Negro brasileiro no período de valorização nacionalista (1930-1950) – a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro*. Tese (Doutorado). Niterói, UFF, 2008. Disponível em <[http://www. file:///C:/Users/USER/Downloads/Tese-2008_OLIVEIRA_Laiana_Lannes_de-S.pdf](http://www.file:///C:/Users/USER/Downloads/Tese-2008_OLIVEIRA_Laiana_Lannes_de-S.pdf)>. Acesso em março de 2015.

PINTO, Elisabete Aparecida. *O Serviço Social e a questão racial: um estudo da relação do serviço social e a clientela negra*. Trabalho de Conclusão de Curso. Campinas: PUC, 1986.

PINTO, Elisabete Aparecida. *Sexualidade na Identidade da Mulher Negra a partir da Diáspora Africana: o caso do Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC/SP, 2004.

_____. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

_____. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. Dissertação de Mestrado, Campinas: FE-Unicamp, 1993.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos . *Movimento negro e Estado: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra*. 1ª. ed. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Coordenadoria Especial do Negro, 2007. v. um. 183p .

VALENTE, Ana L. E. F. *Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982*. São Paulo: USP/FFLCH, 1986.

Artigos e periódicos

ALVES, Alexandre. A imprensa na cidade de Santos: 1849-1930. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 39-62, dezembro de 2007. Disponível em <<http://www.file:///C:/Users/USER/Downloads/-%20IMPRENSA%20E%20SANTOS.pdf>>. Acesso em março de 2015.

BATALLA, Guilherme Bonfil. El concepto de indio en América. *Antropología*, n. 9, p. 105-24, 1972, Unam.

_____. La teoría del control cultural en el estudio de procesos étnicos. *Pepilos de la Casa Chata*, México, ano 2, n. 3, 1987.

BUONICORE, Augusto C. *O Partido Comunista e o Problema Racial no Brasil (1922-1935)*. Primeira Parte. Disponível em <http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=21&id_publicacao=5726&id_indice=4474>.

CHADAREVIAN, Pedro C. *Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. Vol. 11, n. 20, 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2012v11n20p255>>.

DOMINGUES, Petrônio José. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), vol. 95, p. 59-81, 2013.

_____. Como se fosse Bumerangue Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), vol. 28, p. 155-170, 2013.

_____. Lino Guedes: de filho de ex-escravo a “elite de cor”. *Afro-Ásia*. UFBA. Impresso, vol. 41, p. 133-166, 2010.

_____. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*. UFRGS. Impresso, vol. 30, p. 215-250, 2009.

_____. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu*, 28, 2007a, p. 345-374. Disponível em <<http://www.file:///C:/Users/USER/Downloads/15.pdf%20-%20frentenegreninas.pdf>>. Acesso em março de 2015.

GOMES, Arilson S. *Os partidos políticos e o Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado), cap. III, A formação de Oásis: dos movimentos frentenegrinos ao

Primeiro Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre (1931-1958). Porto Alegre, PUCRS, 2008. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em <<http://www.os-partidos-politicos-e-o-congresso-nacional-do-negro-de-porto-alegre.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

MUNANGA, Kabenguele. Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. CONSORTE, Josildeth G.; COSTA, Márcia Regina da. *Religião, política, identidade*. São Paulo: PUC, 1988 (Série Cadernos PUC).

_____. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 33, p. 109-117, 1990, USP.

_____. Racismo da desigualdade à intolerância. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 4, n. 2, p. 51-54, abr./jun. 1990.

SANTOS, Natália N. S. *Poder legislativo e questão racial no Brasil: um estudo das propostas legislativas sobre o tema entre 1988 e 2001*. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negro/as. UFPA, Belém, PA, 29 de julho a 02 de agosto de 2014. Disponível em <<http://www.natalianerisdasilvasantos.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

SANTOS, Sales. *A imprensa negra em São Paulo no início do século XX*. Disponível em <<http://www.file:///C:/Users/USER/Downloads/texto03.pdf%20-%20IMPRESSA%20NEGRA%20EM%20SAO%20PAULO.pdf>>. Acesso em março de 2015.

SOARES, Claudete G. A radicalização da democracia e a questão racial no projeto político do PT na década de 1990. *Fundação Perseu Abramo*, n. 6, Ano 5, p. 195-221, 2011. Disponível em <<http://www.11.perseu6.soares.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

Entrevistas e depoimentos

BRÁS, Isaura. Campinas, 24 de janeiro de 1992. Fita K7] (60 min). Entrevista concedida a Elisabete Aparecida Pinto.

CAMPOS MELLO, Laudelina de. Campinas, outubro de 1989 a fevereiro de 1991. Fita K7, 200 horas. Entrevista concedida a Elisabete Aparecida Pinto. (gravadas e não gravadas).

_____. Campinas, 14-12-1990. Câmera de Video, 2 horas. Depoimento colhido pelo Museu de Imagem e Som. Projeto Memória das Lutas Sociais em Campinas (MIS). Depoimento colhido por Orestes Augusto Toledo.

_____. *Revista Trabalhadores, Classes Perigosas*, Campinas, n. 6: 27-40, 1990, Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp. Depoimento colhido por Maria Dutra de Lima.

SENHOR SAMPAIO. Campinas, maio de 1992. Fita K7 (30 min). Entrevista concedida a Elisabete Aparecida Pinto.

SIMIONATO, Pedro (Pedrinho). Campinas, março de 1992. Fita K7 (120 min). Entrevista concedida a Elisabete Aparecida Pinto.

*Recebido em janeiro de 2018
Aprovado em março de 2018*